

A língua estrangeira de hoje, de ontem e de amanhã ensinada na educação básica

The foreign language of today, yesterday and tomorrow taught in Basic Education

Andréia da Cunha Malheiros Santana *

Edson do Carmo Inforsato **

RESUMO: Este estudo tem como objetivo trazer uma visão histórica para o ensino da língua estrangeira, e mostrar que a opção por uma língua ou outra não apresenta motivos pedagógicos e sim políticos. Trata-se da reflexão sobre a implantação do ensino de língua estrangeira no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, quando começou, suas razões, suas escolhas e sua abrangência. Ressalta também a importância das diversas tendências metodológicas apresentadas durante os anos, qual a repercussão que elas tiveram, suas características e a influência que ainda exercem no ensino de língua estrangeira atualmente. O referencial teórico retoma a legislação federal e estadual sobre o ensino da língua estrangeira e alguns estudiosos que pensaram sobre a linguagem como Saussure (2006), Chomsky (1975), Vygotsky (1989) e Bakhtin (1988). A partir desta realidade, pretende-se reforçar a importância do estudo desta disciplina para formar um cidadão crítico, consciente e respeitador à cultura alheia, perceber, que mais do que a gramática de uma língua, é importante entender as visões de mundo que a determinam e repensar a língua como um importante aspecto da cultura de um povo e algo fundamental para a sua identidade.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino. Língua Estrangeira. Razões Históricas

ABSTRACT: This study aims to bring a historical perspective for the teaching of a foreign language, and to show that the choice of one language or another has no pedagogical reasons, but political. It is the reflection on the deployment of foreign language teaching in Brazil, more specifically in the state of Sao Paulo, when it began, its reasons, its choices and coverage. It also emphasizes the importance of several methodological trends shown over the years, which impact they had, their characteristics and the influence they still exert in foreign language teaching. The

* Professora efetiva da rede pública de ensino no Estado de São Paulo, com Graduação em Letras e Pedagogia, Mestrado e Doutorado na área de Educação da UNESP/ FCL/Car. E-mail: santanaam@ig.com.br

** Professor Doutor do Departamento de Didática da UNESP/ FCL/Car , responsável pelas disciplinas de Didática, na graduação em Letras, e Trabalho Docente, na Pós Graduação. E-mail: edsontamoio@gmail.com

theoretical background retakes the federal and state legislation on the teaching of a foreign language and some authors who thought about language like: Saussure (2006), Chomsky (1975), Vygotsky (1989) and Bakhtin (1988). From this reality, it intends to reinforce the importance of studying this discipline to form a critical citizen, conscious and respectful to the culture of others, realizing that more than the grammar of a language, it is important to understand the worldviews that determine it and to rethink the language as an important aspect of the culture of a people and something fundamental to their identity.

KEYWORDS: Teaching. Foreign Language. Historical Reasons

Introdução

Este artigo tem como objetivo trazer uma visão histórica para o ensino da língua estrangeira, despertando a consciência de que do que vemos hoje em nossas salas de aula tem raízes muito antigas. Ao longo dos anos, o ensino de língua estrangeira sofreu influência de diversas tendências pedagógicas e políticas, são estas influências que este artigo pretende mostrar.

O ensino da língua estrangeira: uma história antiga

O ensino da língua estrangeira no Brasil remonta à própria época da colonização. Quando os portugueses aqui chegaram, os índios já apresentavam uma língua nativa peculiar a cada tribo, eram mais numerosos do que a população de Portugal e podiam ser agrupados de acordo com a língua que falavam. O *tupi guarani* era falado pelos índios que habitavam o litoral, *jê* ou *tapuia* era a língua falada pelos ocupantes da região central, *nuaruaque* pelos da região da Amazônia e do Mato Grosso e *caraíbas* era a língua dos que habitavam o norte da região Amazônica (Borges, 1998). A língua, mais do que um meio de comunicação, é parte da cultura de determinado grupo e de sua forma de ver o mundo. Segundo Rodrigues (1993), estima-se que, na época da colonização, eram faladas 1.273 línguas. Naquela época, a língua estrangeira era o português.

Este processo de colonização foi tão traumático do ponto de vista linguístico que hoje se estima que haja 180 línguas, o que representa uma redução de 85%, e muitas delas correm o risco de extinção, pois são faladas por grupos reduzidos (de 2 a 14 pessoas).

A maneira como a língua estrangeira, no caso o português, foi “ensinada” desvalorizou a língua nativa e a cultura que ela representava, por isso aprender uma língua estrangeira é uma tarefa que deve levar em conta o respeito pela língua e cultura que o aluno já possui, tanto quanto pela língua a ser ensinada, para que ele mesmo não faça juízos de valor, afirmando que uma é melhor do que a outra. A língua, e o seu uso, é uma das principais formas de representação de uma cultura; ao aprender um idioma estamos conhecendo as relações culturais que perpassam essa língua, ao não reconhecer o valor da língua indígena, os portugueses ignoraram as suas concepções de mundo, modo de vida e crenças.

Naquele momento da colonização, havia a preocupação em se difundir o português como língua viva e forma de comunicação, a intenção era que a língua indígena fosse esquecida. Isto ocorreu para expandir o catolicismo para os indígenas, independente de suas crenças anteriores.

Como o objetivo deste artigo não é de se deter à época da colonização e sim mostrar como o ensino da língua estrangeira aconteceu e acontece no Brasil há muito tempo, avançaremos para o ano de 1759, pois nesta época algumas mudanças importantes começaram a ocorrer.

O papel da língua estrangeira neste novo momento da história do Brasil

Segundo Leffa (1999), no período pombalino foi instituído o sistema de ensino régio, (desvinculando o ensino da igreja), caberia ao Estado a contratação de professores. Neste modelo de ensino se ensinava o grego e o latim, consideradas línguas clássicas que desenvolveriam o pensamento e a literatura.

Em 1809, D. João VI criou os cargos de professor de inglês e francês, eles representariam as línguas modernas, mas o objetivo não foi meramente pedagógico, o monarca pensava na abertura dos portos brasileiros e as vantagens que o ensino destes idiomas poderiam lhe trazer.

Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário no país. Ele teve seu currículo alterado no ministério Couto Ferraz, passou a seguir o modelo de colégio francês, em seu programa constava 7 anos de francês, 5 de inglês e 3 de alemão. Neste modelo, não apenas a língua francesa era valorizado, mas o modelo de vida europeu, ele representava um ideal de cultura e civilização, embora com peso menor, o inglês e o alemão também eram valorizados por sua importância na literatura.

Percebemos, então, a importação de um modelo estrangeiro para a nossa educação, sem levar em consideração a nossa população, as nossas origens e a língua portuguesa, enfim, tratava-se de uma escola de modelo europeu feita para poucos.

Segundo Leffa (1999), este modelo de ensino de línguas se manteve até 1929. Entre 1929 e 1931, o italiano passou a ser ensinado também, talvez um leitor um pouco mais vivido tenha presenciado esta época, se não a presenciou cronologicamente, provavelmente, teve contato com a sua metodologia, pois esta herdamos dos jesuítas e, muitas vezes, ainda a reproduzimos, trata-se da abordagem tradicional, aquela centrada na gramática e tradução de textos em língua estrangeira.

Dentro desta abordagem, a língua é um conjunto de regras e privilegia a escrita, dominar uma língua estrangeira é entender a sua gramática e conseguir traduzir textos na língua-alvo, as aulas são veiculadas na língua materna, com listas de vocabulário e longas explicações sobre regras gramaticais e exemplos para serem memorizados e aplicados em situações semelhantes.

As técnicas mais utilizadas neste método são a tradução de passagens literárias, perguntas de compreensão de leitura, trabalho com vocabulário, palavras cognatas, exercícios com aplicação dedutiva de regras, preenchimento

de lacunas, memorização e redação. Essa metodologia vigorou até o início do século XX, mas ainda é possível encontrar resquícios dela em sala de aula atual.

Leffa (1999) afirma que em 1915, na República, o grego foi retirado do estudo das línguas antigas, restando apenas o latim. As línguas modernas (francês, inglês ou alemão) deveriam ser aprendidas em três anos.

A partir dos estudos de Saussure (2006), realizados em 1916, a linguagem assumiu um caráter científico, ela poderia ser dividida entre *langue* e *parole*, a primeira trataria do sistema da língua e a segunda da sua realização, do seu uso.

Pois, com Saussure, a lingüística se autodeterminava como o estudo das formas e das estruturas do sistema lingüístico, optando pelo caminho de uma ciência o mais abstrata possível, quase formal. Esta não foi seguramente uma decisão isolada, mas comum ao conjunto das Ciências Humanas num século marcado pelo positivismo. Isto acarretou uma visão objetivista da linguagem ao se privilegiar a análise da língua como um constructo formal (MARCUSCHI, 2000, p.01).

Tratava-se de um ideal de ciência que entendia a língua como um sistema de regras e o objeto da linguística seria um ideal de fala, que não chegava a ser a língua escrita, mas não era a língua em uso. Esta visão linguística influenciou o ensino tanto de língua estrangeira como da materna, dava-se mais importância à internalização das regras ao uso da língua.

Nesta época, o número de imigrantes no Brasil aumentou, isto ocorreu devido à Primeira Guerra Mundial e a uma série de propagandas feitas pelo governo brasileiro que precisava de mão de obra mais especializada do que a dos antigos escravos. Esses imigrantes desejavam escola para seus filhos e muitos criavam escolas próprias, uma vez que o governo não era capaz de oferecer vagas em número suficiente para atender a demanda. Nestas escolas "privadas" se falava a língua nativa das famílias (das crianças) e a língua portuguesa era ensinada como língua estrangeira.

O governo, que até aquele momento havia sido permissivo com relação a estas escolas, em 1917, as fecha e em 1918 cria escolas primárias com

recursos federais e sob responsabilidade do Estado. Mesmo em 1920, quando a reforma educacional do Estado de São Paulo passou a admitir escolas particulares, elas deveriam seguir orientações nacionais (ou estaduais), o ensino deveria ser ministrado em língua portuguesa, sendo proibido o ensino de língua estrangeira a crianças menores de 10 anos.

Neste contexto, o curso secundário até 1931 passou por várias fases – ensino livre, exames de madureza, exames parcelados, exames preparatórios, exames de Estado – que só acarretaram numa diminuição da qualidade do ensino. Se antes não se estudavam os idiomas facultativos, naquele momento nem os obrigatórios eram levados a sério.

Em 1931, o ensino secundário passou por uma reforma a fim de lhe devolver o crédito que havia perdido, instituiu-se o curso complementar de 2 anos para preparar os estudantes para a universidade e o curso fundamental de 5 anos para dar uma formação integral ao adolescente. Este currículo tentou manter um meio termo entre as ciências e as letras, o clássico e o moderno e o humanismo e o técnico.

As línguas vivas reapareceram com maior força nesta época, eram mais valorizadas do que o latim. Elas eram representadas, basicamente, pelo francês (9 aulas: 3+3+2+1, da primeira à quarta série) e inglês (8 aulas: 3+3+2, da segunda à quarta série). Embora houvesse a hipótese de um terceiro idioma – alemão- ela não chegou a se concretizar por falta de alunos.

Assim sendo, o regime de 1931 destinou 17 aulas semanais (10% do currículo) para o ensino de francês e inglês. A partir da reforma de Francisco de Campos, e mais intensamente depois do golpe de 1937, se estabeleceu uma metodologia oficial para o ensino da língua estrangeira, era o método direto.

Tal metodologia surgiu na Europa, entre o final do século XIX e o início do XX, diferentemente do método tradicional, ele valorizava as habilidades orais, seu principal objetivo era a comunicação, por isso pode ser considerado como uma reação ao método da gramática-tradução, pois faz com que se mude o eixo norteador da prática de ensino. Ela deixa de ser centrada na escrita e passa a enfatizar a oralidade, se

no primeiro método a língua estrangeira era ensinada na língua materna, ela passa agora a ser ensinada na própria língua-alvo.

Como o objetivo deste artigo é relacionar o ensino de línguas ao contexto no qual ele está inserido é preciso justificar o porquê da mudança, a importância dos movimentos migratórios e o aumento do comércio internacional entre os diferentes países pediam um profissional que fosse capaz de se comunicar em outra língua que não a materna, neste novo contexto a teoria saussureana começa a perder um pouco de espaço.

Com esta nova metodologia, a língua materna deixa, ou deveria deixar, de ser a mediadora no conhecimento, uma vez que o foco está no contato com a nova língua, a aula deveria ser ministrada na língua estudada, sem a intervenção da tradução. O professor deveria utilizar objetos que envolvessem o aluno na sala de aula, como gravuras e desenhos, e, a partir deles, ir ampliando o vocabulário do mesmo.

As habilidades orais eram ensinadas progressivamente através de perguntas e respostas. Neste método, era tomado um grande cuidado com a pronúncia da língua. Os procedimentos mais utilizados em sala de aula eram: a leitura em voz alta, os exercícios de perguntas e respostas, o uso de procedimentos que levassem o aluno à auto-correção, a prática da conversação, ditado e redação de parágrafos, que eram primeiro trabalhados oralmente. É possível hoje encontrar aulas centradas nesta metodologia, assim como na tradicional.

Nesse método, nenhuma regra gramatical era ensinada sistematicamente, a gramática era apresentada como parte de algo maior, o aluno primeiro se depararia com vários exemplos do que estava estudando, só depois a gramática era sistematizada. Ela era ensinada por indução, os discentes praticavam perguntas e respostas para exercitar uma estrutura gramatical e a pronúncia. A grande dificuldade encontrada foi a exigência de professores nativos ou que apresentassem a fluência de um nativo, uma vez que o método para ser implantado deveria fazer uso somente da língua-alvo.

Nesta mesma época, os cursos técnicos se desvalorizaram, à medida que crescia o prestígio pelos estudos acadêmicos, a escola era sinônima de qualificação e promoção social.

Em 1942, há a reforma de Capanema, com ela o secundário passou a ser dividido em dois blocos, o ginasial e o colegial. O colegial, atual ensino médio, poderia ser o clássico ou o científico. Apesar desta equivalência, persistiu a ideia de que só a escola secundária tradicional teria um ensino médio autêntico e, portanto, só ela poderia conduzir à universidade, mas tanto no clássico, como no científico, a língua estrangeira foi mantida, a orientação metodológica ainda era centrada no método direto.

Houve uma valorização dos idiomas clássicos e modernos; no ginásio se aprendia o latim e o francês (por 4 anos), o inglês (nos últimos 3 anos), no colegial o latim, o grego, o francês, o inglês (por 3 anos) e o espanhol (1 ano).

Levando em consideração que o grego raramente foi implantado e houve uma restrição cada vez maior do latim, a reforma de Capanema destinou, realmente, 35 horas semanais ao ensino dos idiomas, o que representou 15,1% de todo o currículo contra 10% na Reforma de Campos.

Era perceptível uma maior valorização da língua francesa em detrimento da inglesa, nesta época o alemão foi substituído pelo espanhol, vale lembrar que estávamos próximos à Segunda Guerra Mundial e o Brasil apoiava os Estados Unidos.

O espanhol, naquele momento, era indicado como a língua de autores consagrados, como Cervantes, Becker e Lope de Vega. Ao mesmo tempo, era a língua de um povo que (...) não representava ameaça para o governo durante o Estado Novo (PICANÇO, 2003, p. 33).

A responsabilidade sobre a escolha, o programa curricular e a metodologia a ser utilizada no ensino de língua estrangeira passa a ser do Ministério da Educação. Aparece, a partir deste momento, a preocupação com a reflexão sobre as civilizações estrangeiras, sua cultura e seus valores.

Embora as ideias pedagógicas para a aula de línguas fossem as mais modernas para a época, elas não chegaram a acontecer de maneira satisfatória, isso ocorreu por vários motivos, entre eles, os alunos oriundos das classes baixas tinham dificuldade em acompanhar um ensino tão ambicioso e

voltado para outro público e um outro fator era a própria falta de professores com formação específica.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos se acentuou, com isso o inglês começou a ser mais valorizado do que o francês, esta inversão não ocorre por razões simplesmente pedagógicas, mas por causas políticas, era interessante mostrar aos nossos credores o quanto os valorizávamos. A opção pela língua estrangeira não é neutra, nem aleatória, tampouco puramente pedagógica.

A partir de 1950, há um aumento do ensino técnico e a área das humanidades perdeu espaço, o que fez com que a língua estrangeira perdesse um pouco de sua carga horária.

A intenção da formação tecnicista era criar uma mão de obra barata e acrítica, capaz de reproduzir seus conhecimentos e aprender uma profissão. Neste período, o ensino da língua estrangeira foi deixado para os centros de idiomas, esta concepção fez com que se diminuísse a carga horária no ensino médio e a retirasse do currículo no fundamental (FOGAÇA e GIMENEZ, 2007).

O Ensino de Língua Estrangeira e as LDBs

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024, de 1.961, criou os conselhos de educação e a eles caberiam decidir sobre a língua estrangeira no ensino médio técnico, eles decidiram por acabar com a obrigatoriedade dela neste nível de ensino. Esta lei instaurou a descentralização, cada estado poderia adaptar seu currículo educacional de acordo com suas necessidades e condições, uma vez que nenhuma das antigas reformas conseguiu abrangência nacional.

Ao Conselho Federal coube determinar cinco disciplinas para todo o país e ao Conselho Estadual de Educação selecionar duas complementares e uma ou duas optativas.

Quanto a língua estrangeira, houve uma diminuição de 4 para 2 opções, houve a diminuição do espanhol e do latim e a possibilidade de outras línguas

como italiano, alemão e japonês. Segundo Leffa (1999), com a LDB de 1961 o latim foi, geralmente, retirado do currículo, o francês quando não foi tirado teve sua carga horária diminuída e o inglês continuou sem grandes alterações. Para ele, esta reforma reduziu a importância da língua estrangeira dentro do ensino público brasileiro.

Na década de 60, surgem os ideais behavioristas, dentro desta perspectiva, a aprendizagem de uma nova língua é definida como a aquisição de um novo comportamento. A teoria behaviorista fundamenta o método áudio lingual (oral). De acordo com esta linha, a aprendizagem é um processo mecânico de formação de hábitos através das associações entre estímulo, resposta e repetição, quanto mais frequentemente algo é repetido, mais forte o hábito e maior a aprendizagem.

O método áudio oral tinha como lema que todos poderiam aprender uma língua estrangeira e ser fluente nela, desde que fosse submetido a uma intensa repetição de modelos. A gramática era assimilada graças ao estudo dos exemplos dados, nenhuma regra gramatical era dada explicitamente. O *syllabus* é do tipo estrutural, assim, cada unidade apresenta certas estruturas introduzidas por um novo diálogo.

Em 1965, há uma nova mudança nas tendências linguísticas, Chomsky (1975) traz uma visão de língua a partir de sua gramática gerativa transformacional. De acordo com a sua concepção, a língua não pode ser reduzida a um conjunto de enunciados a serem repetidos em qualquer situação. Ele é o primeiro a introduzir a ideia de competência, com o sentido um pouco diverso ao de Perrenoud (2000), para Chomsky, competência é aquilo que sabemos, e desempenho é o que fazemos com o que sabemos.

É a partir dos conceitos de Chomsky que surge a teoria nativista de aquisição da linguagem, nela o ser humano nasce com determinadas capacidades que serão desenvolvidas com o tempo, o sujeito já nasce com um sistema linguístico internalizado e a língua é parte do sujeito. A língua é um sistema de comunicação com noções de um falante e ouvinte ideal, a partir destas ideias, a língua materna poderia e deveria ser utilizada nas aulas de

língua estrangeira, uma vez que ela já está internalizada no indivíduo. A língua materna deverá ser usada para perceber quais conceitos ele aprendeu na nova língua. É a partir de Chomsky que surgem as primeiras noções sobre a motivação e a interação no aprendizado da língua.

Nas décadas de 70 e 80 surgem as ideias de Piaget (1973) e depois de Vygotsky (1989). Piaget lança a abordagem cognitiva e construtivista, nela a aquisição da língua é entendida como resultado de interação entre o organismo e o ambiente, em assimilação e acomodação.

Para Vygotsky, o desenvolvimento da linguagem ocorre pelo modo interno e externo. No interno, temos o processo mental no qual as trocas sociais exercem um movimento de interiorização e pelo lado externo, há as trocas sociais.

Em 1971, com a LDB 5692, o ensino passou de 12 para 11 anos (1º grau: 8 anos- ensino fundamental e 2º grau: 3 anos- ensino médio), houve uma nova valorização do ensino profissional. Tal lei desobrigava o ensino de língua estrangeira moderna, alegando a valorização do nacional, a língua estrangeira passou a ser ministrada como um acréscimo, chegando a ser extinta em alguns cursos profissionalizantes ou ficando com uma ou duas horas semanais, somente no primeiro ano. Tal situação favoreceu a elite que pode estudar a língua inglesa em escolas particulares.

Em 1976, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna do Paraná, o parecer 581/76 do Conselho Federal volta a colocar a língua inglesa como sendo obrigatória no Ensino Médio e uma recomendação no Fundamental. A língua estrangeira moderna passa a ser oferecida com uma única aula semanal e apenas um idioma. O inglês passou a ser hegemônico e o método áudio lingual a opção pedagógica recomendada.

Neste contexto, surge a abordagem comunicativa, nela a língua é concebida como um instrumento de comunicação ou de interação social, o que importa são os aspectos semânticos e não mais o código linguístico. Nesta abordagem, o professor deixa de ser o centro do ensino e passa a ser mediador

do processo pedagógico, o aluno é sujeito da própria aprendizagem, as atividades pedagógicas devem priorizar a comunicação (dramatização, jogos e outros recursos disponíveis), nela o erro faz parte do processo de ensino e aprendizagem, ele é um estágio provisório na incorporação da nova língua.

A LDB 9394/96 passa a designar de ensino fundamental e médio o antigo ginásio e o colegial, nesta lei, a língua estrangeira volta a ser uma disciplina. Em seu artigo 26, obriga uma língua estrangeira no ensino fundamental e ressalta que esta deve ser escolhida pela comunidade. Para o Ensino Médio, uma deve ser obrigatória e a outra optativa, dentro das possibilidades da unidade escolar e escolhidas pela comunidade (artigo 36).

O ensino passa a ser pautado no pluralismo de ideias e de diferentes concepções pedagógicas, há uma grande flexibilidade curricular (disciplina anual, semestral, etc).

Em 1998, complementando a LDB de 1.996 surgem os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Fundamental que trazem a língua como uma prática social fundamentada na abordagem comunicativa. Eles não indicam uma metodologia exclusiva para o ensino da língua estrangeira, mas sugerem uma linha sócio-interacional, enfatizando o desenvolvimento da leitura.

Em 1999, o MEC publicou os PCNs do Ensino Médio que deveriam enfatizar a comunicação oral e escrita, visando à formação pessoal, acadêmica e profissional do aluno. Ambos pregam a ideia da transversalidade, visando ressaltar a importância do contexto em que o ensino da língua deve estar incluído.

Com o objetivo de destacar a posição do Brasil no Mercosul, foi criada a lei 11.161, de 05 de agosto de 2005, que torna obrigatória a oferta de espanhol nas escolas de Ensino Médio, pretendendo também com este fato melhorar as relações comerciais com os países de língua espanhola. A oferta desta língua é obrigatória para escola e facultativa para o aluno, as unidades de ensino tiveram cinco anos para se adaptarem e este ano passaram a oferecer tal língua em horário inverso ao das aulas regulares.

Em 2009, o Estado de São Paulo adotou um currículo oficial para o ensino, no qual contempla a língua inglesa como língua estrangeira moderna, ele traz como concepção pedagógica uma abordagem de letramento que pretende trabalhar com diferentes gêneros textuais, levando em consideração o indivíduo e o outro dentro do contexto em que estão inseridos, tal currículo traz como referência os trabalhos de Bakhtin e outros.

Embora haja a opção da escolha de uma outra língua que não o inglês para o Ensino Fundamental, na prática, o inglês é hegemônico, pois a participação da comunidade em atividades de decisão é ainda muito pequena no Brasil (ABRANCHES, 2003).

Ensinar a língua estrangeira na escola pública atual mais do que desenvolver as habilidades comunicativas é fazer com que o aluno compreenda a diversidade linguística existente, e que esta linguagem diferente da dele tem suas raízes históricas, seus porquês e deve ser respeitada, não porque é melhor ou pior, mas porque reflete toda a maneira de viver e ver a vida de uma sociedade.

Para Bakhtin (1988), toda língua é uma construção histórica e cultural, ela é heterogênea, é reflexo de uma ideologia ou do embate de várias delas, para ele, é importante aprender uma língua estrangeira para percebermos que não somos os únicos, a nossa maneira de viver não é a única possível. Deste modo, a língua estrangeira deve ampliar o contato do aluno com outras formas de conhecer a realidade, o sentido da linguagem está no contexto, na interação, não basta se fantasiar ou decorar a escola no *Halloween*. É preciso perceber o motivo desta comemoração, o quanto eles acreditavam que afastar os maus espíritos ajudaria na colheita, quem eram estas pessoas, como a igreja tratou esta comemoração, enfim, fazer a reflexão sobre o evento, entender a língua de uma forma mais ampla para conseguir entender o outro ser humano. Ficar restrito à superficialidade no ensino de qualquer idioma é cometer um erro.

Conclusão: Qual e como será a língua estrangeira ensinada no futuro?

Talvez continuemos com a hegemonia do inglês, talvez não, mais importante do que saber qual será a língua ensinada é saber como ela será trabalhada, qual concepção de língua e cultura estaremos transmitindo para o aluno. Caso o ensino do inglês continue sendo privilegiado na educação básica, ele deve levar em conta o inglês como "língua franca".

Segundo Rajagopalan (2009), o inglês foi considerado como língua internacional, isto se deve ao fato de ter deixado de ser monopólio de uma só nação, na condição de "World English", o inglês não tem falantes nativos, todos que usam este idioma fazem parte desta comunidade.

O "World English", segundo Rajagopalan (2009), é fruto da globalização e apresenta como característica principal a multiplicidade de normas, nas quais é dado um destaque importante para a inteligibilidade da "língua", é preciso que as pessoas se comuniquem umas com as outras e sejam compreendidas.

Dentro dessa concepção de língua franca (globalizada ou internacional), não se deve privilegiar uma variedade da língua, o dever do professor é preparar os alunos para que eles sejam cidadãos do mundo e aprendam a lidar com todas as formas de falar inglês, por isso é importante expor os alunos a diferentes ritmos e sotaques.

Outro aspecto importante é não ligá-lo a uma única cultura, pois ele passa a ser falado por pessoas de diferentes culturas. Gimenez (2009) reforça esta ideia, não é mais válido priorizar os aspectos culturais da nação onde o idioma é falado, mesmo porque nos preocupamos sempre com o inglês americano e o britânico e nos esquecemos que ele também é falado na Nova Zelândia, Austrália, Canadá, entre outros.

O que é primordial, para Gimenez (2009), é garantir a inteligibilidade da língua para que a comunicação ocorra, neste sentido, se faz necessário desenvolver a chamada competência intercultural, por isso não é preciso conhecer a cultura do outro para interagir.

O ensino da língua estrangeira envolve muito mais do que uma opção da comunidade, ou um modismo, ele deve servir a um objetivo maior que é o de formar um cidadão crítico, que perceba a si e ao outro como parte de uma sociedade muito maior, que aprenda a aceitar as diferenças sem se preocupar em hierarquizá-las, julgá-las ou atribuir um valor a elas.

Ensinar uma língua estrangeira é mostrar uma outra forma de ver e viver a mesma realidade, por isso qualquer uma das abordagens aqui citadas tem um lado proveitoso que a justificou naquele momento e ainda a justifica, é possível aproveitar o que cada abordagem tem de melhor, pois é importante conhecer as regras que regem a estrutura da língua, é importante saber usar esta língua para se comunicar, conhecer sua literatura, ser capaz de usar sua forma escrita, perceber que recorte ela faz do mundo.

Apresentar aos alunos diferentes tipos de exercícios, diversos gêneros de texto, recursos variados (como músicas, programas de computador, internet e outros) é enriquecedor, pois mostrará as muitas formas de realização de uma língua, como ela varia de acordo com o contexto, com o usuário e com a finalidade da interação. É preciso inserir cada situação no contexto que a gerou, pois só assim o aluno perceberá que todo significado é social, por isso é construído historicamente e pode ser transformado.

Não há um método soberano para o ensino e aprendizagem da língua inglesa (BOHN, 2009), o papel do professor é de mediador, quem determina o melhor método é o aluno e o contexto no qual ele está inserido. Para Jorge (2009), o ensino de língua inglesa deve levar em conta as necessidades do local onde essa língua é ensinada, ressaltando que o objetivo do inglês é criar oportunidades para o aprendiz participar da globalização de maneira emancipadora, por isso não deve se restringir a uma única forma de inglês.

Ensinar e aprender uma língua estrangeira é conhecer outras percepções de mundo, fazer com que o aluno perceba isto é dar um grande passo para o amanhã, fazer com que ele perceba o porquê dele estudar determinada língua e não outra é ativar seu espírito crítico.

A ação do professor de língua estrangeira deve reforçar o desejo de inserir o aluno na comunidade de falantes e refutar o discurso de que não se pode aprender inglês (ou outra língua estrangeira) na escola pública, para isso ele deve ser sedutor e usar todos os meios possíveis para levar este aluno a trabalhar com a língua estrangeira.

Ensinar uma língua estrangeira é mostrar que existe outro mundo e fazer isso respeitando o universo do aluno e o da língua ensinada é a nossa maior tarefa.

Referências

ABRANCHES, M. *Colegiado Escolar: Espaço de participação da comunidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOHN, H.I. O Método "soberano" para o ensino e aprendizagem da língua inglesa. LIMA, Diógenes Cândido (org.). *Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa – Conversas com Especialistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

BORGES, J. C. *História da Serra*. Disponível em: <http://www.clerioborges.com.br/temiminosparanapua.html> Acesso em: 18/07/2011.

BRASIL.Casa Civil. Lei 11.161, de 05 de agosto de 2005.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm Acesso em: 18/07/2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024*, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf> Acesso em: 18/07/2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692*, de 11 de agosto de 1971. Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm. Acesso em 18/07/2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 18/07/2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Armênio Armado, 1975.

FOGAÇA, F. C.; GIMENEZ, T. *O ensino de línguas estrangeiras e a sociedade*. In: Revista Brasileira de Lingüística Aplicada, v.7 n.1 UFMG, 2009.

GIMENEZ, T. Ensinar a aprender ou ensinar o que aprendeu? In: LIMA, Diógenes Cândido (org.). *Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa – Conversas com Especialistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

JORGE, M.L.S. Preconceito Contra o Ensino de Língua Estrangeira na Rede Pública. In: LIMA, Diógenes Cândido (org.). *Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa – Conversas com Especialistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

LEFFA, V. J. *O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional*. Contexturas, APLIESP, n. 4, 1999.

MARCUSHI, L. A. *O papel da lingüística no ensino de línguas*. Disponível em: http://marcosbagn.com.br/site2/conteudo/arquivos/for_marcuschi.htm
Acesso em 18/07/2011.

MOITA LOPES, L. P.; ROJO, R.. H. R. *Linguagens, códigos e suas tecnologias*. In: Brasil/ DPEM Orientações curriculares do ensino médio. Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna*. Paraná. Curitiba, 2008.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre Artmed Editora, 2000.

PIAGET, J. *Psicologia e Epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Forense, 1973.

PICANÇO, D. C. L. *História, memória e ensino de espanhol (1942-1990)*. Curitiba: UFPR, 2003.

RAJAGOPALAN, K. O Inglês como língua Internacional na Prática Docente. In: LIMA, Diógenes Cândido (org.). *Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa – Conversas com Especialistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

RODRIGUES, A. D. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. D.E.L.T.A, São Paulo, 1993.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular para o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio*. Língua Estrangeira Moderna. Disponível em:
http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_LEM_COM_P_red_md_20_03.pdf. Acesso em 19/07/2011.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Enviado em outubro de 2012.

Aceito em julho de 2012.